

Para relator, urgência explica erros na MP

Brant argumenta que o importante era dar uma resposta rápida à crise e votar medidas de ajuste

BRASÍLIA - Passado o sufoco da difícil negociação do pacote fiscal no Congresso, o deputado Roberto Brant (PSDB-MG), relator da medida provisória que aumentou o Imposto de Renda da Pessoa Física, acha que valeu a pena. "Estava se tratando de coisa urgente, horas contavam, tínhamos de mandar sinais para o mercado." Segundo ele, os erros no texto da MP foram causados pela pressa em aprovar as medidas. Brant também será o relator da MP 1.636, que corrige os erros da medida anterior (1.602).

O deputado observa que o presidente Fernando Henrique Cardoso foi escolhido a personalidade do ano da América Latina pela revista americana *Newsweek* pela forma como agiu para enfrentar a crise das bolsas de valores, com o aumento da taxa de juros e o pacote. "A MP 1.602 era o coração do pacote, então valeu."

Na convocação extraordinária do Congresso, os parlamentares terão de corrigir erros como a elevação de 10% para 20% da tributação nos fundos de renda variável, independentemente da composição da carteira, o que provocou uma crise entre governo e Congresso. Também terão de rever a revogação, por engano, da obrigação de as empresas fornecerem vale-transporte a empregados.

Elogio - Brant lembra que, mesmo com a urgência em votar, prevaleceu o ponto de vista do Congresso na negociação do pacote. "Tenho consciência de que foi feito um trabalho magnífico", diz. "Negociamos com todo mundo ao mesmo tempo, na au-

sência de Fernando Henrique (*que estava em Londres na época*). Ele elogia o principal interlocutor do governo, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. "É impecável, muito preciso, flexível, não deixa nenhuma nuvem."

O pivô da crise foi o aumento da tributação dos fundos de renda variável. "Não concordei porque não era a verdade política, não era o combinado com o presidente", argumenta Brant. A Fazenda assumiu o erro e pe-

diu desculpas públicas ao relator. A finalização do parecer foi feita em poucas horas por Brant, Parente e o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Numa sala separada, cinco técnicos do Banco Central e dois da Receita repassavam as normas técnicas (incluindo o artigo 28 da MP, que saiu com o erro).

Prazos - Era segunda-feira, 1º de dezembro. O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães

(PFL-BA), ligou às 15 horas perguntando se o relatório poderia estar pronto até a meia-noite: o texto tinha de rodar na gráfica de madrugada para poder ir a votação na terça-feira. Às 17h30, os três concluíram o trabalho e Brant foi para a Câmara terminar de dar o parecer sobre todas as 360 emendas apresentadas.

Às 20 horas, o texto final foi liberado pelo Ministério da Fazenda. E em seguida, enviado ao relator para verificar erros de português e digitação;

antes de ser impresso e levado à votação no plenário no dia seguinte.

Para Brant, a acusação de que não tinha "lido a matéria" nem dá para responder. Ele lembra as dificuldades de relatar a principal MP do pacote. "Do primeiro ao último artigo era aumento de imposto e diminuição de incentivos fiscais, uma coisa de doido: no dia da votação eu ainda estava apagando incêndio", conta. "São negociações penosas e estava em jogo nossa credibilidade." O rela-

tor avalia que nunca o governo voltou tanto atrás numa negociação e a Receita "perdeu todas na batalha".

A próxima será a MP 1.636, que cancela a elevação de 10% para 20% da tributação sobre aplicações em ações, corrige o erro do vale-transporte e atende a um pedido da classe artística ao evitar que a produção cultural dispute verbas com programas de assistência à infância. A MP também cria regras de transição entre a tributação atual e a nova. (M.M.)